

TERRAS DO OPARÁ: A TERRITORIALIDADE INDÍGENA NO NORDESTE BRASILEIRO

Edivania Granja da Silva Oliveira (1), Roberto Remígio Florêncio (2), Carlos Alberto Batista Santos (3)

¹Instituto Federal de Educação Sertão Pernambucano, campus Petrolina, edivania.granja@gmail.com; ²Instituto Federal de Educação Sertão Pernambucano, campus Zona Rural, betoremigio@yahoo.com.br; ³Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais, Campus III, cabsantos@uneb.br

Resumo:

A Bacia do São Francisco abrange uma área de 634.000 Km², com extensão de 2.700 km, conta com uma população estimada de mais de 15 milhões de pessoas. Em relação aos aspectos fisiográficos, o rio São Francisco foi dividido em quatro regiões, o Alto, o Médio, o Submédio e o Baixo São Francisco. A região denominada na literatura especializada de sertão pernambucano foi espaço de intenso processo de ocupação colonial, palco de conflitos intensos com as diversas populações indígenas que habitavam essa região, principalmente na área de abrangência do rio São Francisco. Para a ocupação da região pelos colonos e com o objetivo de cristianizar os índios, foram empreendidas várias missões religiosas, resultando na formação de vários aldeamentos na região. Atualmente a área abriga a maior parte dos povos indígenas de Pernambuco, Fulni-ô, Xukuru do Ororubá, Kapinawá, Kambiwá, Pipipã, Pankará, Atikum, Tuxá, Pankararu, Pankauiká e Truká.

Palavras-Chave: Povos Indígenas, Estudos culturais, Resolução de conflitos

Introdução

A Bacia do São Francisco abrange uma área de 634.000 Km², com extensão de 2.700 km, da Nascente em Minas Gerais até a Foz, entre os Estados de Alagoas e Sergipe, conta com uma população estimada de mais de 15 milhões de pessoas (SANTOS, 2008). Em relação aos aspectos fisiográficos, o Rio São Francisco foi dividido em quatro regiões, o Alto, o Médio, o Submédio e o Baixo São Francisco (FERRAZ; BARBOSA, 2015).

O sertão desde o período colonial é uma construção sociocultural, um importante espaço socialmente constituído a partir de um projeto de dominação histórica. A ocupação do sertão nordestino teve no rio São Francisco uma importante via de penetração para o interior da região. O processo expansionista do empreendimento colonizador português na América, especialmente na chamada Capitania do Norte, ocorreu inicialmente por meio da implantação das missões, sob a égide da Igreja Católica Romana, principalmente com a atuação dos missionários Jesuítas, Capuchinhos e Oratorianos. A atuação desses religiosos contribuiu sobremaneira para o processo de

aldeamento de povos indígenas considerados “hostis”, o que favoreceu o expansionismo colonial (SILVA, 2004).

Assim, a bacia do São Francisco desde o início da colonização foi espaço de instalação de vários aldeamentos, dentre os aldeamentos destacamos o aldeamento na Ilha do Pambu, também denominado “aldeamento de Assunção”, fundado por missionários Capuchinhos franceses em meados do século XVII, em uma região onde atualmente habitam o povo indígena Truká no Estado de Pernambuco e o povo indígena Tumbalalá, na Bahia.

O nosso estudo considera as concepções de antropólogo João Pacheco de Oliveira para entender os processos de territorialização dos povos indígenas no Nordeste, pensando-os a partir do processo colonizador na América Portuguesa e as relações com a sociedade “nativa”.

1 Povo Truká

A data de fundação do aldeamento Truká é divergente na literatura do período. É apontado o ano de 1722 como a provável data de fundação e em 1761 há existência de duas Aldeias, Pambu e Assunção. No mesmo ano foram reunidos os índios em um único aldeamento e constituída a Vila de Assunção. Já a partir da metade do século XIX, com a instituição da Lei de Terras em 1850, ocorrem conflitos na Ilha de Assunção e o acelerado processo de esbulhos de terras, resultando na apropriação da Ilha pelo Bispo de Pesqueira, como patrimônio da Igreja Católica (BATISTA, 2005). Assim, em fins do século XIX, os povos indígenas no Nordeste “desapareceram” enquanto coletividades pela desestruturação de seus territórios, sendo reconhecidos de forma individualizada como “remanescentes”, “descendentes” e ainda como “caboclos” (OLIVEIRA, 2004).

A partir da década de 1920, ocorreu um novo processo de afirmação étnica, com o reconhecimento pelo Serviço de Proteção ao Índio/SPI dos “descendentes” dos Carnijós por meio da criação de Posto Indígena na área do antigo aldeamento da Missão Ipanema, onde atualmente vivem os Fulni-ô, no município de Águas Belas/PE. A partir daí ocorreram várias articulações interétnicas nas décadas de 1930 a 1950, outros povos indígenas passaram a solicitar o reconhecimento de áreas de antigos aldeamentos e a solicitação da instalação de postos indígenas, como foi o caso dos Truká, que a partir da década de 1940 participaram de mobilizações com outros grupos étnicos e com o SPI para conquista de reconhecimento étnico (OLIVEIRA, 2014).

2 Povo Pankará

Os Pankará da Serra do Arapuá tornaram público seu ressurgimento étnico, no I Encontro Nacional dos Povos Indígenas em Luta pelo Reconhecimento Étnico e Territorial, ocorrido no ano de em 2003 em Olinda/PE. Afirmaram sua identidade étnica e autodenominaram-se “povos resistentes”, mobilizados pelas reivindicações e garantia de seus territórios de suas expressões socioculturais, pela conquista de direitos a uma Educação e Saúde diferenciadas (SILVA, 2004). Esse processo de afirmação de identidade étnica do povo Pankará tem no Toré¹ a “tradição mantida pelos mais velhos há mais de um século na Serra do Arapuá” (SANTOS, 2011, p. 40). Possuem sua organização social e territorial, representadas por lideranças, pelos pajés João Miguel, Manoelzinho Caxeado e Pedro Limeira e pela “Cacica” Dorinha. A população indígena Pankará é estimada em 5.000 pessoas, distribuídas em 53 aldeias. Tendo uma localização privilegiada - um brejo de altitude - o território Pankará está localizado no município de Carnaubeira da Penha/PE.

2 A territorialização dos povos indígenas

A presença colonial inaugurou uma nova relação dos povos indígenas com o território que ocupavam, a partir de complexas transformações de sua existência sociocultural. Exigindo reflexões acerca desses povos e seus territórios para compreendermos as mudanças ocorridas em suas organizações sociais e os sentidos atribuídos a suas expressões culturais. Assim, a territorialização dos povos indígenas deve ser pensada enquanto um processo de reorganização social envolvendo, “uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora”, necessidade de elementos políticos especializados, uma “redefinição do controle social sobre os recursos ambientais” e “a reelaboração da cultura e da relação com o passado” (OLIVEIRA, 2004, p. 22).

O citado antropólogo considerou que o primeiro processo de territorialização teve início com a atuação das missões religiosas, em especial, no Sertão do rio São Francisco, sendo importante na composição do empreendimento político do Estado Colonial o trabalho dos missionários para o “amansamento” de índios. Os missionários utilizaram como estratégia a

¹ O Toré, como uma dança coletiva, ritual praticado pelos Pankará, é ainda dançado para se divertir como “brincadeira”, também principalmente como forma de afirmação étnica em espaços públicos e mobilizações sociopolíticas.

catequese, a disciplina e acomodação de distintos grupos indígenas, de forma homogeneizante em aldeamentos, ocorrendo a “primeira mistura”, contribuindo para a ocupação territorial e a produção econômica (OLIVEIRA, 2004). Processo marcado pelos conflitos e interesses distintos entre “curraleiros”, missionários e indígenas, sendo espaços de novas estratégias de utilização do Ambiente, de recriação de identidades e tradições.

O “segundo momento da mistura” ocorreu a partir da alteração nos aldeamentos missionários, a partir da perspectiva política assimilacionista e preservacionista impressa pelos religiosos por meio de medidas implantadas pelo “Diretório dos Índios” com o incentivo aos casamentos interétnicos, o estímulo à prática da pecuária e a fixação de colonos nas áreas de antigos aldeamentos e a gestão de civis nos aldeamentos. Mas, o impacto dessas medidas não foi suficiente para a retirada total das populações indígenas dos antigos aldeamentos, pois essas áreas continuaram sendo ocupadas pelos “descendentes dos índios das missões, ao mesmo tempo, que se identificavam coletivamente mediante referências às missões originais, a santos padroeiros ou acidentes geográficos” (OLIVEIRA, 2004, p. 25).

A partir do século XIX na região do São Francisco ocorreu uma acentuada mobilidade indígena, pressionados pela ocupação dos espaços por meio da expansão dos empreendimentos agropastoris, obrigando-os os índios buscarem refúgios em locais de difíceis acessos, como as serras, principalmente nas Serras Negras, Umãs e Arapuá, áreas de brejos de altitudes, consideradas “ilhas verdes” no Sertão, favorecendo nesses espaços relações interétnicas, bem como a instalação de novos aldeamentos.

A região atualmente habitada pelos Pankará e por outros grupos, no século XIX era ocupada por uma diversidade de povos, como o “Pipipãs, Avis, Xocós, Carateus, Vouvês, Tuxás, Aracapás, Caripós, Brancararus e Tamaqueús” (SANTOS, 2011, p. 16), abrangendo a região do atual município de Floresta e várias ilhas no Rio São Francisco. Novos aldeamentos nessa região foram organizados por missionários Capuchinhos italianos no Século XIX e tinham como objetivos a fixação de indígenas “errantes” para torná-los obedientes e como mão-de-obra disponível para os fazendeiros. Os religiosos atuaram na “pacificação” de índios de diversas etnias, como os Pipipã, Chocó, Oê e Umã e fundaram a Aldeia do Jacaré na Serra Negra em 1802 onde aldearam os Pipipã. E nos anos de 1804 e 1806 fundaram o Aldeamento do Olho D’Água da Gameleira na Serra Umã e o Aldeamento Baixa Verde no Pajeú, reunidos nesses locais os índios Chocó e Umã. Também esses religiosos empreenderam esforços para “educar” os índios na fé católica romana e introduzi-los na prática da agricultura para subsistência dos próprios aldeamentos e na formação de um contingente

de mão-de-obra disponível para estimular o desenvolvimento agropastoril da região (SANTOS JÚNIOR, 2014).

Portanto, no Sertão pernambucano, o Rio São Francisco faz parte do universo físico e simbólico para os indígenas, como também as serras sempre foram e ainda são espaços de resistência, meio de sobrevivência através do uso de recursos naturais numa relação histórica, sociocultural e identitária. Principalmente a Serra Negra, pois os índios Pankará que habitam a Serra do Arapuá, afirmam que a denominação de cada família tem como ancestralidade as origens na Serra Negra (MENDONÇA, 2003).

Não obstante aos aldeamentos estabelecidos, em meados de 1850 a Serra Negra continuou servindo como local de “refúgio” dos chamados “índios de corso” e de outros aldeamentos devido às pressões fundiárias. Por essa época, propagou-se a ideia de que os índios da Serra Negra estariam causando atos de violência e desordem e para conter essas “desordens” em busca de apaziguar a região, o poder estatal de Pernambuco decidiu recomendar o envio de missionários e a criação de novos aldeamentos, como foi o caso do Aldeamento no Brejo dos Padres, para reunir índios de antigos aldeamentos e os índios de corso (ARRUTI, 1996; SANTOS JÚNIOR, 2014).

Nessa mesma época, foi inaugurado o processo de regularização de áreas rurais, definindo em propriedades particulares e em áreas de terras devolutas, pertencentes ao governo. Assim, uma nova configuração foi estabelecida por meio da incorporação de áreas de antigos aldeamentos, considerados extintos, pelas câmaras municipais e por fazendeiros e pequenos agricultores não indígenas, que estabeleceram o controle das terras. Considerado pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira, o momento da “terceira mistura” e um processo mais marcante para os povos indígenas no Nordeste, pela limitação de suas posses, “deixando impressas marcas em suas memórias e narrativas”. Pois em fins do século XIX, os povos indígenas no Nordeste “desapareceram” enquanto coletividades pela desestruturação de seus territórios, sendo reconhecidos de forma individualizada como “remanescentes”, “descendentes” e ainda como “caboclos” (OLIVEIRA, 2004).

O antropólogo João Pacheco de Oliveira considerou também que a partir da década de 1920, com o reconhecimento pelo Serviço de Proteção ao Índio/SPI dos “descendentes” dos Carnijós por meio da criação de Posto Indígena na área do antigo aldeamento da Missão Ipanema, onde os atuais Fulni-ô no município de Águas Belas/PE. A partir daí ocorreram várias articulações interétnicas nas décadas de 1930 a 1950, outros povos indígenas passaram a solicitar o reconhecimento de áreas de antigos aldeamentos e a solicitação da instalação de postos indígenas, como foi o caso dos

Atikum, na Serra Umã e das investidas dos Pankará, na Serra do Arapuá, momento marcado pelo segundo processo de territorialização (OLIVEIRA, 2004, p. 26).

Vale salientar que o ritual do Toré passou a ser o elemento disparador, mediador e legitimador étnico conectando o passado e o presente por meio dos “encantados” como condição de afastamento da condição de mistura, numa reconstrução identitária relacionando com os antepassados míticos de forma metafórica dos “troncos velhos” para redescobrirem-se “pontas de ramas” (ARRUTI, 1996; OLIVEIRA, 2004). Dessa forma, destacamos as narrativas das memórias dos Pankará da Serra do Arapuá na participação junto com os Tuxás de Rodelas no ritual do Toré, na década de 1940 durante a visita do Inspetor do SPI para o reconhecimento oficial dos índios na Serra Umã, pois, “o Pajé Pedro Limeira afirmou que ‘os Atikum lá quem deu presença foi os índios daqui, não foi os de lá não [...] Hoje eles reconhecem que no passado nós ajudamos eles, nós que ensinamos eles a dançar o Toré’” (OLIVEIRA, 2014, p. 62).

Destacamos também que para os Truká no processo de afirmação étnica foi marcante a década de 1970, denominado pelo povo Truká, como um novo movimento de “retomada”, pois um novo sentido passou a fazer parte do processo de mobilização étnica Truká, marcado pelo conflito entre posseiros e indígenas, intervenção do Estado através de uma empresa estatal, a Companhia de Revenda e Colonização (CRC) e de outros Departamentos e Programas que estimulava o assentamento de novos colonos com o objetivo de “desenvolvimento” agrícola da Ilha. Após o acentuado processo de mobilização durante as décadas de 1970 e 1980, os Truká conquistaram o reconhecimento do território da Ilha de Assunção pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI e em 17 de agosto de 1993 através da Portaria no. 315 é definida uma delimitação territorial do Povo Truká, na Ilha de Assunção, no município de Cabrobó, no Estado de Pernambuco. Atualmente a população indígena Truká que vivem na Ilha de Assunção é estimada em mais de quatro mil indígenas.

Os indígenas Truká devido a processos históricos de disputas e esbulhos de suas terras pelos não indígenas ocupam atualmente outras áreas, como ilhas no município de Orocó/PE, na zona rural do municípios de Paulo Afonso e Sobradinho, no Estado da Bahia (BATISTA 2009).

Reforçando que os circuitos de mediações das emergências étnicas iniciadas pelos Fulni-ô foram ampliadas para outros grupos étnicos em busca de reconhecimento perante o SPI. O interessante é que os novos grupos étnicos, a exemplo dos Tuxá, que afirmavam/afirmam que seus antepassados viveram sempre nas margens e ilhas do Rio São Francisco, na região conhecida como

Rodelas, passaram a participar como mediadores entre o SPI e outros grupos que empreenderam mobilizações para deflagração de novas emergências étnicas (ARRUTI, 2004).

Os Pankará também participaram/participam dessa rede de mediação com os Tuxá, pois o antropólogo William Hohenthal² em visita aos índios Tuxá em 1952, foi informado da existência de índios, habitando a Serra do Arapuá, resolveu fazer uma visita e descreveu através de relatórios e telegramas ao SPI, que habitavam a Serra do Arapuá e a Serra da Cacaria (parte da Serra do Arapuá), trinta e uma famílias de “índios Pacará ou Pacarais”, ainda fez inúmeras denúncias de perseguições e violência sofrida pelos índios por parte dos fazendeiros do município de Floresta/PE (OLIVEIRA, 2014). Dessa forma, os Tuxá representaram/representam para a maioria dos indígenas do Sertão, os detentores de conhecimentos históricos, políticos e ritualísticos. Por essa razão eram/são convidados para respaldar a identidade indígena (REESINK, 2002).

Considerações finais

A concepção de territorialidade afirmada por João Pacheco de Oliveira e José M. Arruti, bem como a noção de fronteiras étnicas a partir de Fredrik Barth é com o sentido de refletir sobre as formas de apropriação dos Ambientes, as noções de pertencimento e de afirmação identitária. Pois mesmo que esse grupo étnico mantenha uma longa relação de contato com a chamada sociedade envolvente e também com outros grupos indígenas na região, como afirmou Barth (2000), as fronteiras étnicas permanecem. Ainda que ocorram “mudanças de participação e pertencimento ao longo das histórias de vida individuais, estas distinções são mantidas”. Nesse sentido, as diferenças culturais persistem mesmo com a ocorrência “do contato interétnico e da interdependência entre etnias”. Por isso, “os grupos étnicos são categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores” (BARTH, 2000, p. 26 e 27).

O exercício de reflexões historiográficas proposto será para perceber a construção sociocultural de Ambientes Naturais, como tentativa de evidenciar uma História Ambiental no sertão são franciscano, focando nas dinâmicas de ocupação e nos usos dos recursos naturais para afirmação da identidade indígena, na perspectiva de compreender que os saberes locais sobre o Ambiente é

² William Dalton Hohenthal Jr, norte-americano, pesquisador da Universidade da Califórnia em Berkeley, empreendeu viagem pelo Sertão do São Francisco nos anos de 1951 e 1952 sob a chancela do SPI, com o objetivo de efetuar estudos etnológicos sobre os indígenas dessa região. Durante sua estadia com os grupos indígenas enviou correspondências para o Chefe do Posto Indígena da I.R.4, sediado em Recife, também produziu relatório para o SPI, enviou “artefatos recolhidos entre os índios, destinados ao Museu de Antropologia da Universidade da Califórnia” (SILVA, 2007, P. 162) e publicou artigo na Revista do Museu Paulista em 1960.

resultado das estratégias adotadas para garantir a sobrevivência e as mobilizações para posse do território pelos indígenas (CAMPOS, 2006).

Em nosso estudo utilizamos a História Oral para pesquisas sobre as memórias dos indígenas, pois essa técnica possibilita compreender subjetividades e as representações pretéritas, a partir das situações vividas e da compreensão do passado (ALBERTI, 1996). Nesse sentido, a opção metodológica pela História Oral será no intuito de compreender a história do povo indígena por meio dos relatos orais para perceber os processos históricos, socioculturais e ambientais vivenciados por esses indígenas.

As memórias serão compreendidas nesse estudo a partir da concepção de Maurice Halbwachs, quando afirmou que lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias atuais as experiências do passado (HALBWACHS, 2004) e nas reflexões de Michel Pollak quando salientou que o aprendido, o vivido e o herdado ocorrem por meio de interações permanentes tanto nas memórias individuais quanto nas coletivas (POLLAK, 1989).

A relação dos indígenas com a Natureza faz parte do universo sociocultural, econômico, político e cosmológico. Nesse sentido, os indígenas do sertão nordestino atribuem grande importância aos seus territórios físicos e simbólicos. Por isso, buscaremos compreender os significados que atribuem a Natureza, as formas de uso que fazem dos Ambientes, procurando evidenciar a relevância atual de estudos sobre as populações indígenas como tentativas de intervenção na atual crise ecológica.

Por fim, com essa pesquisa queremos também contribuir na afirmação e valorização sobre os conhecimentos que os indígenas no Sertão Pernambuco possuem, especialmente, os saberes e fazeres.

Referências

ALBERTI, V. **O que documenta a fonte oral?** Possibilidades para além da construção do passado. Rio de Janeiro, CPDOC FGV, 1996, p. 1-13.

ARRUTI, J. M. **O reencantamento do mundo:** trama histórica e arranjos territoriais Pankararu. Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, 1996. (Dissertação Mestrado em Antropologia Social).

ARRUTI, J. M. A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2004, p. 231-279.

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BATISTA, M. R. R. **Construindo e recebendo heranças: as lideranças Truká**. Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, 2005 (Tese Doutorado Antropologia Social).

BATISTA, M. R. R. Índio, quilombola, ribeirinho: o desafio do fazer antropológico em situações de disputas. In: **Anais... VIII Reunión de Antropología del Mercosur**, Buenos Aires. 2009

CAMPOS, C. S. **Por uma antropologia ecológica dos Fulni-ô de Águas Belas**. Recife: UFPE, 2006. (Dissertação Mestrado em Antropologia).

FERRAZ, S.; BARBOSA, B. F. **Sertão: fronteira do medo**. Recife: UFPE, 2015, 283p.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo, Centauro, 2004.

MENDONÇA, C. F. L. **Os índios da Serra do Arapuá: identidade, território e conflito no Sertão de Pernambuco**. Recife, UFPE, 2003. (Dissertação Mestrado em Antropologia).

OLIVEIRA, E. G. da S. **Os índios Pankará na Serra do Arapuá: relações socioambientais no Sertão pernambucano**. Campina Grande, UFCG, 2014 (Dissertação Mestrado em História).

OLIVEIRA, J. P. (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004, p. 13-38.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417> Acessado em 15/07/2017.

REESINK, E. Raízes Históricas: a Jurema, enteógeno e ritual na História dos povos indígenas no Nordeste. In: MOTA, Clarice Novaes da; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. (Orgs.). **As muitas faces da jurema: de espécie botânica à divindade afro-indígena**. Recife: Edições BAGAÇO, 2002, p. 61-96.

SANTOS, J. M. **Cultura material e etnicidade dos povos indígenas do São Francisco afetados por Barragens**: estudo de caso dos Tuxá de Rodelas, Bahia, Brasil. Salvador: UFBA/PGCS, 2008 (Tese Doutorado em Cultura e Sociedade), 154p.

SANTOS, J. R. S. **Povos indígenas em Pernambuco**: o povo Pankará e suas especificidades geográficas. Recife: UFPE, 2011 (Monografia Conclusão Licenciatura em Geografia).

SANTOS JÚNIOR, C. F. **Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco**: historiografia, legislação e a política indigenista sobre os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845). Recife: UFPE, 2014. (Dissertação Mestrado em História).

SILVA, E. H. “Os caboclos” que são índios: História e resistência indígena no Nordeste. In: **Portal do São Francisco—Revista do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco/CESVASF**. Belém de São Francisco, ano III, no. 3, 2004, p.127-137.

SILVA, E. H. Os restos dos índios Sukurú de Cimbres: cultura material, história e identidade indígena no Nordeste entre os anos 1930 e 1950. In: **CLIO: Série Arqueológica** (UFPE), v. 22, p. 149-176, 2007.